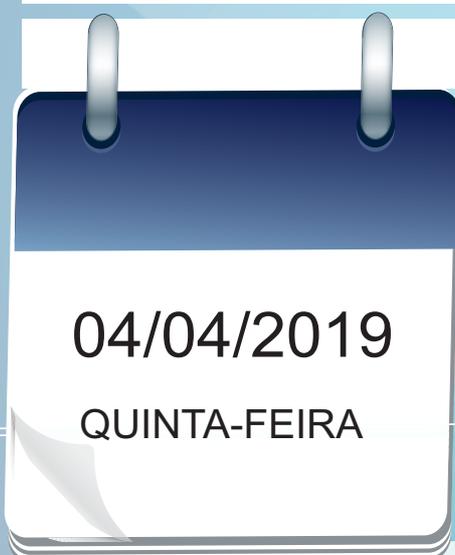


CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



04/04/2019

QUINTA-FEIRA

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Sistema Prisional

TCE-GO pede novas informações sobre agentes temporários em situação irregular

03/04/2019 18:17 — Por Francisco Costa —

Conselheiro fez pedido de vista após relatório pelo arquivamento



Foto: arquivo

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) pediu diligências sobre processo de representação que investiga, desde 2011, a manutenção irregular de agentes prisionais nos presídios goianos.

O pedido, feito pelo conselheiro Saulo Mesquita, foi de encontro ao entendimento do relator, conselheiro Helder Valin, que havia relatado pelo arquivamento do processo.



Entendimento

Valin entendeu pelo arquivamento, pois em 2017 o Estado nomeou 425 agentes aprovados em concurso público. Segundo ele, isso impossibilita a manutenção de temporários por motivo de emergência.

O conselheiro Saulo Mesquita discordou parcialmente e solicitou as buscas por novas informações, uma vez que, segundo ele, é possível existir, ainda, vigilantes temporários em atuação no sistema prisional.

Foi apontado por Saulo que a gerência de fiscalização do TCE identificou 661 contratos temporários na Agência Prisional. Também foi observado que, mesmo com a publicação de edital de concurso em novembro de 2014, com previsão de 305 cargos de Agente de Segurança Prisional, houve processo seletivo simplificado em julho do ano seguinte, a fim de se contratar 1.625 temporários.

Segundo a gerência de fiscalização, caracterizou-se, desta forma, violação à regra constitucional do concurso público. Ainda sobre isso, foi apontado que o entendimento de que é vedado a novas contratações e substituição gradual dos temporários por servidores efetivos foi reforçado pela Procuradoria de Contas e pela Auditoria.

Desta forma, Mesquita observa que o número de nomeados parece não ter sido suficiente para dar fim às contratações indevidas.

Com este resultado, o TCE solicitará novas informações sobre o número de agentes prisionais temporários. Após conseguir os dados, o tribunal se posicionará sobre o tema.

Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota, Edson José Ferrari Carla Cintia Santillo e Kennedy de Sousa Trindade acompanharam o relator. Helder foi contrário e Eduardo Luz Gonçalves assinalou como presente.



Paralisação afeta 177 unidades escolares

GREVE Segundo levantamento da Secretaria de Educação, 15,7% das escolas do Estado tiveram interrupções totais ou parciais; Sintego diz que mobilização pela folha de dezembro segue hoje

Larissa Quixabeira
larissa.quixabeira@opopular.com.br

A paralisação de servidores da Educação mobilizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (Sintego) afetou ao menos 177 unidades escolares em todo Estado, segundo balanço divulgado pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás (Seduc) na noite de ontem.

O número abarca escolas que tiveram as atividades paralisadas de forma total ou parcial e representa 15,7% do total de 1.121 unidades da Seduc em Goiás. No fim da tarde de ontem, o Sintego informou que o movimento havia tido adesão de 206 escolas de forma total e 47 de forma parcial.

A paralisação aprovada em assembleia dos servidores na última segunda-feira (1º) reivindica o pagamento do restante do salário de dezembro, o salário de março e o auxílio-alimentação retroativo a fevereiro. Por lei, o governo de Goiás tem até o dia 10 para o pagamento salarial, mas os servidores o reivindicam dentro do mês trabalhado.

Em entrevista ao POPULAR, a secretária de Educação, Fátima Gavióli, disse que os professores que aderirem à paralisação terão que repor todo os dias e horas letivas perdidas em decorrência da greve.

Em entrevista coletiva no final da manhã de ontem, o governador Ronaldo Caiado (DEM)



Aposentados da Educação passaram o dia em frente ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira em protesto por salário de dezembro

Fábio Lima

“A nossa greve não é pelo pagamento do mês de março. É pelo mês de dezembro, pelo retroativo e para que o Estado pague dentro do mês trabalhado. Ele fez um apelo e eu torno a fazer o apelo para que ele pague dezembro. Não temos interesse em greve. Estamos sendo forçados porque o governo não paga, não tem cronograma. Não há sentimento que dê conta”, disse Bia de Lima.

Servidores aposentados passaram o dia em frente ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira, na Praça Cívica, também em protesto pelo pagamento do salário de dezembro.

RESPOSTA

Por meio de nota, a Secretaria da Economia disse que incluiu o pagamento do mês de março a todos os servidores na terça-feira (2) e que até o dia 10, quarta-feira da semana que vem, todos os servidores terão recebido o vencimento. “Não haverá divulgação de escalonamento prévio, pois a liberação do pagamento está condicionada ao fluxo de caixa no Tesouro Estadual”, diz o texto.

Em nota, a Seduc também lembrou que o não pagamento da folha foi uma dívida deixada pelo governo anterior. “Além de não ter efetuado o pagamento da folha de dezembro, o governo anterior não realizou o pagamento do décimo terço salarial dos professores e servidores com contrato temporário.

“**Todos sabem o esforço que tenho feito. Neste momento, a ponderação que faço é que, por favor, nos ajudem”**

Ronaldo Caiado (DEM), governador de Goiás

fez um apelo e pediu aos servidores da Educação o fim da paralisação. “Todos sabem o esforço que tenho feito. Neste momento, a ponderação que faço é que, por favor, nos ajudem”, disse.

Ele também falou que a Educação está na mesma situação das outras secretarias e que a folha de março da categoria será quitada até sexta-feira (5).

“Já pagamos 92% do salário de março e a primeira parcela de dezembro. Tenho certeza absoluta que vão seguir o mesmo caminho da nossa Polícia Mil-

itar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, agentes penitenciários, que também estão sem receber. A Educação é a categoria que tem o menor percentual a receber. Tenho certeza que não vão penalizar as crianças. Isso é um apelo enorme que fazemos. Não podemos ter isso em um ano que vai ter Prova Brasil”, continuou o chefe do Executivo.

Em resposta, a presidente do Sintego, Bia de Lima, disse que a mobilização continua e que hoje irão em outras unidades escolares em busca de mais apoio.

Secretária reafirma parcelamento de salário

Douglas Schinatto

Em entrevista ao POPULAR na tarde de ontem, a secretária de Educação, Fátima Gavióli, voltou a dizer que a proposta do governo para o pagamento do salário referente ao mês de dezembro é o escalonamento em seis vezes.

“O governador aconselhou que se usasse os fundos disponíveis. Com isso conseguimos pagar grande parte da folha, sobrando R\$ 93 milhões de débito, mas não temos mais nenhum fundo para concluir o pagamento. Agora, ou entramos no escalonamento do Estado ou não temos de onde tirar”, explicou.

Segundo Fátima, 59% dos servidores receberam o pagamento de dezembro, que correspondem aos funcionários que recebem até R\$ 4.750,00. Os R\$ 93 milhões restantes se

referem à faixa dos 41% dos servidores restantes, que recebem salário mais alto. “O escalonamento do governo é feito em seis vezes. A primeira já foi paga, então faltam cinco, desses R\$ 93 milhões”, concluiu. A secretária explicou ainda que o pagamento dos aposentados são de responsabilidade do GoiásPrev.

CONCURSO

Sobre o alto índice de funcionários temporários em relação ao número de efetivos na Educação estadual, a secretária disse que existe a previsão de novo concurso apenas para 2020. Enquanto isso, porém, ela diz que o objetivo é zerar o cadastro de reserva. “Hoje o governador deu posse para 118 efetivos e já chamou mais 250. Vamos zerar o cadastro reserva. Para



Secretária de Educação, Fátima Gavióli: débitos somam R\$ 93 milhões

cada efetivo, vamos exonerar um contrato.”

Matéria recente do POPULAR mostra que o índice de temporários passou de 50% em

relação aos efetivos. “Goiás irá precisar de cinco governadores fazendo concursos todos os anos para chegarmos em um nível no qual se tenha apenas 10%

ou 15% de contratados. A situação que aconteceu nos últimos 22 anos é impossível de ser corrigida em um único mandato”, ponderou.

COLÉGIOS MILITARES

Sobre unidades escolares, Fátima diz que não pensa em levar adiante o projeto de implementação de gestão com Organizações Sociais (OSs), mas cita que a expansão da rede de colégios militares deve ser incentivada. “Tem 42 (projetos de) escolas militares na Assembleia, esperando implantação. Assim que a Polícia Militar disser que tem efetivo para colocar nessas escolas, vamos dar início ao processo. É um modelo de escola que é sucesso e que tem uma grande aprovação por parte da população. Se está dando certo temos que incentivar.”



Maior parte das obras está parada

OPERAÇÃO DECANTAÇÃO Dois anos e meio após a primeira fase da ação da Polícia Federal que desarticulou esquema de corrupção na Saneago, construções investigadas seguem inconclusas

Galtieri Rodrigues
galtieri.rodrigues@opopular.com.br

Mais de dois anos e meio depois da primeira fase da Operação Decantação, que desvendou esquema de corrupção no Saneamento de Goiás S.A. (Saneago), a maioria das obras citadas na apuração feita pelo Ministério Público Federal em Goiás (MPF-GO) segue parada e todas, incluindo as que foram retomadas, estão inconclusas, com previsões de término a partir do segundo semestre deste ano. De 14 construções de saneamento e abastecimento público levantadas pelo POPULAR, pelo menos 8 estão paralisadas, algumas até sem perspectiva de recomeço.

Dentre as de maior impacto, constam obras que se arrastam desde 2008, como a do Sistema Corumbá 4, e as de saneamento do Sistema Intermediário Meta Ponte, em Goiânia, que visam a ampliação do tratamento de esgoto na capital para evitar que ele seja despejado direto no rio. De seis intervenções necessárias para efetivar a ampliação da rede, cinco são de estações elevatórias de esgoto (EEE). A previsão, em 2008, era de que as obras se prolongariam por dois anos, apenas. Mais de uma década depois, a maioria das EEs ainda está em fase de contratação de pessoal e montagem de canteiro de obras (quadro na página 13).

A sexta intervenção diz respeito à ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Parque Athenas, localizada em



Obra do Sistema Intermediário Meta Ponte, que deveria ampliar a rede de esgoto na capital, segue sem conclusão

“
Aragarças passa por um vexame. Existem ruas onde o esgoto corre a céu aberto. É uma questão de saúde pública”

José Elias Fernandes,
prefeito de Aragarças

uma área próxima à GO-020. Segundo a Diretoria de Expansão da Saneago, os serviços de terraplenagem da terceira lagoa foram iniciados no mês passado e a previsão atual de conclusão de toda a obra é abril de 2020. A reportagem do POPULAR esteve na área onde está sendo construída a EEE Gameleira 2, também próxima à GO-020. No local, poucos operários foram encontrados, aguardando o início efetivo da construção, que é uma das que ainda estão em fase de contratação e implantação do canteiro de obras.

CORUMBÁ 4

Em relação à obra de Corumbá 4, bastante aguardada, já que se ouve falar sobre há mais de 10 anos, a Saneago estima que a fase de pré-operação do sistema seja iniciada no segundo semestre deste ano. Ao todo, o investimento inicial, referente ao valor do contrato de repasse, foi de R\$ 117,3 milhões. A parte de construção civil da estação de captação de água, assim como a estação elevatória e 12,7 quilômetros da adutora estavam 95% concluídas, de acordo com a companhia. Os maiores entraves hoje

seriam a regularização fundiária de áreas que serão desapropriadas para a instalação da linha de transmissão e o atraso na entrega de materiais hidráulicos, elétricos e equipamentos especiais.

Deflagrada pela Polícia Federal e MPF inicialmente no dia 24 de agosto de 2016, a Decantação teve a segunda fase realizada no mês passado. Tanto naquele ano quanto agora, a apuração se debreu sobre suspeitas de esquema de desvio de verbas, favorecimento ilícito, articulação entre donos de empreiteiras e servidores da Saneago e uso de dinheiro público para financiamento de campanhas eleitorais.

A empresa estadual informou, em resposta ao POPULAR, que, após a operação, a gestão priorizou a implantação de melhores práticas de governança e controle interno para garantir a lisura nos processos licitatórios. Uma estrutura de governança foi criada na Saneago. O objetivo é implantar políticas estratégicas, como normas que regulamentam a tomada de decisões da Diretoria Colegiada, a política de prevenção de conflito de interesses, em conformidade com o código de conduta da empresa e a política de prevenção de atos de corrupção.



Veja também o QR
Código sobre o caso
da JPMorgan



www.opopular.com.br

1 | www.opopular.com.br